



Universidade de Brasília (UnB)  
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)  
Departamento de Ciências Contábeis e Atuárias (CCA)  
Bacharelado em Ciências Contábeis

**ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA RENTABILIDADE DOS  
20 MAIORES BANCOS PÚBLICOS E PRIVADOS NO PERÍODO  
DE 2003 A 2012**

Ramon Germano Bouzada Barros

Brasília

2013

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo  
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Roberto de Goés Ellery Júnior  
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Mestre Wagner Rodrigues dos Santos  
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis

Professora Mestre Rosane Maria Pio da Silva  
Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis – diurno

Professor Doutor Bruno Vinícius Ramos Fernandes  
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - noturno

RAMON GEMANO BOUZADA BARROS

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA RENTABILIDADE DOS 20 MAIORES  
BANCOS PÚBLICOS E PRIVADOS NO PERÍODO DE 2003 A 2012

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília, como requisito parcial à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e consequente obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof.Mestre. Edmilson Soares Campos

*Dedico este trabalho aos meus pais e amigos por me mostraram a arte da perseverança e por terem me incentivado ao longo de toda minha vida acadêmica.*

## AGRADECIMENTOS

A vida é feita de oportunidades, desafios e conquistas, agradeço a todos que apoiaram a minha investida ao mundo da contabilidade. Relaciono, a seguir, a quem registro meus agradecimentos:

Em primeiro lugar a Deus, todo poderoso, que me deu força, virtude e coragem durante toda a caminhada.

Aos meus pais, em especial a minha mãe que teve paciência e dedicação, aos irmãos, a minha esposa que teve complacência nas minhas decisões, ao meu querido e amado filho Nicolas, a minha amiga Renata Guimarães, e toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até essa etapa da minha vida.

A todos os professores que passaram por minha vida acadêmica, principalmente minha orientador Prof. Mestre Edmilson Soares Campos, pela paciência, convívio, compreensão, amizade e dedicação em auxiliar-me na elaboração desse trabalho, essencial a minha formação.

Dedico a seguinte frase: “O rio atinge seus objetivos porque aprendeu a contornar obstáculos.”, Autor Lao-Tse.

Enfim, agradeço a todos que de alguma forma participaram dessa fase tão importante em minha vida.

## LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

BACEN: Banco Central

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CDI: Custo de Deposito Interbancário

CMN: Conselho Monetário Nacional

CMN: Conselho Monetário Nacional

CNPJ: Cadastro Nacional De Pessoa Jurídica

COSIF: Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional

COSIF: Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional

CP: Custo de Oportunidade

CPF: Cadastro De Pessoas Físicas

CPMF: Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

CSLL: Contribuição Social sobre Lucro Líquido

FGC: Fundo Garantidor de Crédito

FGC: Fundo Garantidor de Crédito

IF's: Instituições Financeiras

IOF: Imposto Sobre Operações Financeiras

IPI: Imposto Sobre Produto Industrializado

Ki: Custo Da Dívida

ORTN: Correção Monetária

PIB: Produto Interno Bruto

PL: Patrimônio Líquido

PR: Patrimônio De Referência

PROER: Programa de incentivo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro

PROES: Programa de Incentivo à redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária

ROA: *Return on Assets*

ROE: *Return on Equity*

ROI: Return On Investment

RSA: Retorno sobre Ativo

RSPL: Retorno sobre o Patrimônio Líquido

SELIC Sistema Especial De Liquidação E Custódia

SFN: Sistema Financeiro Nacional

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

gráfico 1 - Produto Interno Bruto (Pib) - (% A.A) .....	17
Gráfico 3 - Evolução Dos Bancos Privados E Bancos Públicos .....	32
Gráfico 5 - Distribuição Dos Bancos Privados - 2003 A 2007 - Roe Individual .....	34
Fonte: Dados Bacen Elaborados Pelo Autor .....	34
Gráfico 6 - Distribuição Dos Bancos Privados - 2008 A 2012 - Roe Individual .....	35
Gráfico 7 - Distribuição Dos Bancos Público - 2003 A 2007 - Roe Individual .....	35
Gráfico 8 - Distribuição Dos Bancos Público - 2008 A 2012 - Roe Individual .....	36

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Participação Percentual Nos Ativos Totais Do Sfn, Por Controle Acionário .....	19
Tabela 2 - Participação Da Amostra No Conjunto Bancário I - * Valores Em Mil .....	27
Tabela 3 - Número De Bancos Públicos E Privados Seleccionados .....	27
Tabela 4 - Comparação Bancos Privados X Banco Públicos - 2003 A 2007 - Roe Em % .....	30
Tabela 5 - Comparação Bancos Privados X Banco Públicos - 2008 A 2012 - Roe Em % .....	32
Tabela 6 - Comparação Bancos Privados X Bancos Públicos - 2003 A 2012 - Roe Em % .....	33



## **ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA RENTABILIDADE DOS 20 MAIORES BANCOS PÚBLICOS E PRIVADOS NO PERÍODO DE 2003 A 2012**

### **RESUMO**

Um aspecto do mundo globalizado é a competição entre empresas públicas e privadas na economia. Dessa forma, para ter uma análise mais abrangente dos desempenhos entre os bancos é necessário compará-los quanto ao ROE. Este estudo tem como direcionamento a análise do setor bancário brasileiro quanto a sua rentabilidade de dois grupos de bancos, públicos e privados, no decorrer dos eventos históricos. O objetivo geral da pesquisa é verificar o comportamento da rentabilidade entre bancos públicos e privados. As amostras da pesquisa foram não probabilísticas. A amostra relativa aos Bancos atuantes no Brasil teve como base o relatório - 50 Maiores Bancos e Consolidado do Sistema Financeiro Nacional - disponibilizado pelo Banco central do Brasil (BACEN) com base nas informações contábeis publicadas das instituições financeiras. A amostra total é de 10 anos completos com 20 semestres, por sua vez, as análises foram separadas em dois períodos diferentes, de 2003 a 2007 e 2008 a 2012, que foram denominados respectivamente como 1º período e 2º período. Foi adotado esse procedimento para avaliar o comportamento das rentabilidades entre os bancos públicos e privados e identificar possíveis associações. Foi utilizada a média aritmética como parâmetro de comparação das amostras entre bancos públicos e privados, no qual consiste na obtenção da posição central utilizando a soma dos eventos dividida pelo número da amostra. Concluindo o setor bancário público tem apresentado uma rentabilidade média sobre o patrimônio líquido maior do que os bancos privados no período de 2003 a 2012. Entretanto, existe a necessidade de avaliar os fatores como o custo de oportunidade para avaliar se os bancos públicos e privados agregaram valor de mercado no decorrer do tempo.

**Palavras-chaves:** Rentabilidade. Bancos Públicos e Privados. ROE.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA .....	11
1.2 QUESTÕES DE PESQUISA E HIPÓTESES DE TRABALHO .....	13
1.3 OBJETIVO DO TRABALHO .....	13
1.4 INTRODUÇÃO METODOLÓGICA E LIMITAÇÕES .....	14
1.5 ESTRUTURAÇÃO DOS CAPÍTULOS .....	14
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>15</b>
2.1 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL .....	15
2.2 RETORNO SOBRE ATIVO (RSA) OU <i>RETURN ON ASSETS (ROA)</i> .....	20
2.3 RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO (RSPL) OU <i>RETURN ON EQUITY (ROE)</i> .....	21
<b>3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....</b>	<b>24</b>
3.1 PESQUISA EMPÍRICA .....	24
3.2 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA E COLETA DE DADOS.....	24
3.3 DEFINIÇÃO DOS PERÍODOS DE ANÁLISE.....	28
3.4 CÁLCULO DO RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO (ROE).....	28
3.5 DETERMINAÇÃO DAS MEDIDAS .....	29
<b>4 ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>30</b>
4.1 PRIMEIRO PERÍODO (2003 A 2007) .....	30
4.2 SEGUNDO PERÍODO (2008 A 2012) .....	31
4.3 ANÁLISE GERAL DO PERÍODO (2003 A 2012).....	33
4.4 DISTRIBUIÇÃO DOS BANCOS PRIVADOS E PÚBLICOS .....	34
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>36</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>38</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>41</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Contextualização do tema

As diversas atividades desenvolvidas pelos bancos são de suma importância para o crescimento sustentável de um País. Por tal motivo, a estruturação de um Sistema Financeiro Nacional (SFN) sólido amparado nas esferas operacionais, administrativas e financeiras, resguardadas pelos requisitos legais legislados por diversas entidades regulamentadoras, colaboram para a melhor eficiência do setor, transparências de informações contábeis e adequações de normas internacionais para medidas mais confiáveis de avaliação de indicadores de retorno das instituições financeiras.

Um sistema financeiro sólido pode ser oriundo da boa gestão macroeconômica respaldada na estabilidade econômica, com o controle da inflação e execução de políticas públicas coerentes com o mercado capitalista. Entre as principais políticas adotadas pelo Brasil destacam-se duas: Um sistema de supervisão eficiente por parte das autoridades governamentais e a prática de uma política fiscal responsável.

A estruturação do SFN permitiu um crescimento elevado dos *Return on Equity* (ROE) e dos *Return on Assets*(ROA), e conseqüentemente maiores lucros auferidos pelos Bancos ao longo dos anos, o que vem ocasionando questionamentos da sociedade brasileira acerca dos *Spread* bancários praticados no Brasil, no qual consistem na diferença entre a taxa de captação no mercado e a taxa de aplicação aos tomadores de crédito, pessoas físicas ou jurídicas. Segundo Gregório (2005), a percepção sobre os retornos elevados pela sociedade brasileira iniciaram na década de 80 e fortaleceu com desequilíbrio da inflação nos anos 90. Segundo publicação anual do Informativo Brasil (2010), o *spread* brasileiro é um dos mais altos do mundo, e aproximadamente 1/3 do total do *Spread* é lucro. Entretanto, apesar da redução gradual das taxas de juros no Brasil, o lucro atingiu uma margem de 40% do *spread* em 2000, considerado muito elevado quando comparados com patamares internacionais de aproximadamente de 3% na Argentina, 6% no Chile, 3% nos EUA e 3% na Zona do Euro.

Com a implementação do Plano Real em 1994 e o maior controle macroeconômico pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) através das metas de inflação desde 2003, criou-se um período de estabilidade econômica para o desenvolvimento da diversificação de receitas não atreladas a inflação pelos Bancos. Por esse motivo, as Instituições Financeiras buscaram por novas carteiras de crédito para a obtenção de receitas no varejo em detrimento de títulos públicos indexados. De acordo com Souza e Macedo (2009, p. 82), os bancos têm melhores

rendimentos sobre empréstimos a pessoas físicas e jurídicas em mercados mais estabilizados, com a criação de novos produtos financeiros.

O mercado capitalista passa por inúmeros ciclos de crescimento e de recessão, conhecidos como crises, a última grande crise financeira teve sua origem nos EUA no ano de 2008, conhecida como *Subprime* que são créditos bancários alto risco que tiveram um elevado crescimento na inadimplência dos devedores. O principal marco da crise foi a falência do tradicional banco de investimento americano *Lehman Brothers* em 2008, fundado em 1850, causando assim um efeito sistêmico sobre outras grandes instituições financeiras em diversas partes do mundo, para minimizar os efeitos, o governo dos EUA utilizou um pacote de medidas de ajuda governamental aprovada em 1º de Outubro de 2008, na ordem de US\$ 700 bilhões para a compra de títulos podres de crédito hipotecário e o governo ficaria com as ações das instituições socorridas, aumentando a liquidez dos bancos em todo o mundo (FOLHA DE SÃO PAULO E BBC BRASIL, 2008, Citado por Revista UOL).

O risco eminente de contaminação da crise no Brasil fez com que o governo adotasse medidas de redução da taxa básica de juros para estimular a demanda de crédito e retomar a confiança dos investidores no mercado interno. Tal política de crédito de acordo com Gregório (2005), a relação da instabilidade econômica e as práticas adotadas pelo Banco Central (BACEN) no desempenho das taxas básicas de juros - Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) - estão intrínsecas ao custo de captação dos Bancos, que uma elevação significativa pode ocasionar uma elevação nos ganhos líquidos. Entretanto, nos últimos 10 anos, de 2003 a 2012, houve uma redução considerável do indicador passando de 24,90% a.a em Janeiro/03 para a menor taxa histórica 7,25% a.a em Outubro/12.

Outra política adotada pelo governo foi estimulação da redução dos juros bancários praticados pelas Instituições financeiras, as políticas intervencionistas foram sobre os dois principais bancos públicos brasileiros, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, com a redução das taxas de juros das principais linhas de crédito para pessoas físicas e jurídicas. Após as reduções impostas pelo governo, os bancos privados passaram a adotar a nova política para não perderem participação de mercado. Segundo Hermann (2011), existe contrapontos sobre a intervenção do Estado no sistema financeiro no reconhecimento de eventos políticos sobre condução adequada da economia, cujo o modelo Keynesiano<sup>1</sup>, justifica a ampla atuação do Estado no mercado.

---

<sup>1</sup> O modelo keynesiano básico pressupõe que, a curto prazo, o nível tecnológico, o estoque de capital e o estoque de mão-de-obra são constantes. Com isso a oferta agregada é fixa. Em síntese, em curto prazo, apenas a demanda agregada provoca variações no nível de equilíbrio nacional.

As taxas de retornos sobre ativos e patrimônio líquido dos bancos públicos e privados são impactadas diretamente pelas políticas adotadas pelo governo no que tange o custo de oportunidade, tendo como base a SELIC como fator de capitação, e as taxas diretas aos tomadores de crédito como fator de aplicação dos recursos.

Nesses contextos, este estudo tem como direcionamento a análise do setor bancário brasileiro quanto a sua rentabilidade nos últimos 10 anos, quando comparados dois grupos de bancos, públicos e privados. O período em questão será dividido em dois momentos de análises, tendo como ponto crucial para a separação dos períodos a crise de 2008, devido as novas políticas públicas adotadas após a crise e o contexto internacional.

## 1.2 Questões de pesquisa e hipóteses de trabalho

A população brasileira tem a percepção que as empresas públicas tem ROE inferiores aos das empresas privadas nos diversos setores da economia, em especial o do setor bancário devido aos altos lucros apresentados pelos bancos privados, com base nessa percepção o presente estudo formula a seguinte questão de pesquisa: O comportamento da rentabilidade dos bancos públicos é inferior ao dos bancos privados no período de 2003 a 2012?

Estudos anteriores como os de Boycko *et al.* (1996) e Shleifer e Vishny (1997) defendem que empresas privadas são mais eficientes do que empresas controladas pelo governo, já que os interesses políticos são transferidos às empresas públicas em detrimento da busca por melhores resultados. Assim, formula-se a primeira hipótese de pesquisa:

**H1:** Os bancos privados apresentam uma rentabilidade superior aos bancos públicos.

Adicionalmente, formula-se uma hipótese secundária para o estudo, nas quais as novas políticas de crédito de redução de juros impostas aos Bancos Públicos após 2008, cujo o capital social ordinário pertence a sua maioria absoluta ao Governo, podem ocasionar perdas sobre os índices de rentabilidade. Por esse motivo, os efeitos da crise de 2008 e as mudanças nas políticas de crédito. Assim, empiricamente, conduz a seguinte hipótese:

**H2:** A rentabilidade dos bancos atuantes no Brasil, apurada pelo ROE, no período de 2008 a 2012 é menor que a rentabilidade auferida no período de 2003 a 2007.

## 1.3 Objetivo do trabalho

O objetivo geral da pesquisa é verificar o comportamento da rentabilidade entre bancos públicos e privados no período de 2003 a 2012. Apresenta-se como objetivos específicos do trabalho:

- a) Avaliar a evolução da rentabilidade média de bancos públicos e privados de 2003 e 2012;
- b) Verificar e comparar a rentabilidade de bancos públicos e privados nos dois períodos estabelecidos no estudo, compreendidos de 2003 a 2007 e 2008 a 2012.

#### **1.4 Introdução Metodológica e Limitações**

Com base nesses objetivos, foram analisados os dados dos 20 maiores bancos comerciais e múltiplos, estaduais ou privados, tendo como base de amostra o período estabelecido, separados em dois grupos, respaldados nas informações obtidas através do relatório das 50 maiores instituições financeiras, publicadas na página do Banco Central do Brasil (BACEN) na internet. Assim, será possível o estudo do comportamento da rentabilidade média entre bancos públicos e privados na contextualização da crise de 2008 e as políticas públicas.

Ressalva que não se descarta o estudo da rentabilidade de outros setores da economia ou de bancos de outros países, a pesquisa tem como foco o estudo da alta rentabilidade do setor bancário como pressuposto que há uma percepção evolutiva nos desempenhos dos bancos públicos e privados por parte da sociedade.

A rentabilidade bancária é um assunto recorrente na mídia e nos estudos acadêmicos no país conforme: Gregório (2005), Maffili (2007), Oliveira (2008), Souza e Macedo (2009), e Hermann (2011). Entretanto, esta pesquisa é relevante porque desenvolveu um estudo comparativo entre bancos públicos e privados no Brasil, diferente das abordadas pelos autores em pesquisas anteriores.

Um aspecto do mundo globalizado é a competição entre empresas públicas e privadas na economia. Dessa forma, para ter uma análise mais abrangente do desempenhos entre os bancos é necessário compará-los quanto ao ROE. Dessa forma, com os resultados apresentados nessa pesquisa, espera-se colaborar para fomentação de uma visão mais abrangente sobre a rentabilidade de bancos públicos e privados no Brasil.

#### **1.5 Estruturação dos capítulos**

O estudo apresenta, além da introdução exposta, mais quatro capítulos. O segundo trata do referencial teórico no qual aborda sobre a definição do indicador de rentabilidade a ser adotado na pesquisa. O terceiro capítulo explana sobre a metodologia utilizada no trabalho. O quarto capítulo evidencia a apresentação e análise dos resultados, e, por fim, o estudo finaliza com as conclusões, considerações finais e sugestões para posteriores trabalhos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Sistema Financeiro Nacional

Esse tópico tem como objetivo explicar sobre as principais leis que estruturaram o Sistema Financeiro Nacional, desde a sua organização até as formas de atuação sobre as Instituições Financeiras, atrelados aos estudos dos indicadores de rentabilidade sobre as performance das IF's. Tendo como base, uma revisão bibliográfica de trabalhos e bases de dados publicadas que elencaram o desempenho dos Bancos no Brasil.

Segundo Maffili (2007), o Sistema Financeiro Nacional (SFN) não possuía estrutura adequada para o atendimento da sociedade e das diretrizes do governo. A partir de então, foi editada uma série de leis possibilitando o seu ordenamento jurídico no Brasil.

A promulgação da Lei de Correção Monetária (Lei 4.357) instituiu as normas para indexação de débitos fiscais e criou títulos públicos federais com cláusula de correção monetária (ORTN) destinados a antecipar receitas, cobrir déficit público e promover o investimento do Estado. A atualização monetária permitiu que os bancos públicos e privados auferissem grandes lucros ao longo dos anos, entretanto após 1995, com a extinção do modelo de correção, as instituições passaram por uma reformulação da carteira de crédito. Segundo Gregório (2005), os Bancos buscaram alternativas para recompor as estruturas patrimoniais com a diversificação das aplicações em detrimento do risco, passando a destinar os recursos para a compra de títulos e valores mobiliários, como títulos públicos federais, cujo a situação da época de elevadas taxas básicas de juros e o aumento da dívida pública permeou a manutenção do *Spread* bancário, escondendo a real rentabilidade dos bancos.

A Lei da reforma do Sistema Financeiro Nacional (Lei nº 4.595) em 31 de Dezembro de 1964, reestruturou a organização e condução do sistema, criou-se o Conselho Monetário Nacional (CMN) e as suas competências como principal entidade das políticas monetárias conforme artigos 2º, 3º e 4º. Outra entidade regulamentadora criada foi o Banco Central (BACEN) como principal executor das políticas monetárias e fiscalizadora das instituições financeiras atuantes no Brasil. A lei também estabelece que as Instituições Financeiras devem apurar resultados em 30 junho e em 31 de dezembro de cada ano, com observância às regras contábeis estabelecidas pelo CMN.

O BACEN ao longo do tempo teve a necessidade de padronizar os planos contábeis das instituições financeiras para uniformizar os procedimentos de registros contábeis e elaboração de demonstrações financeiras. A carta Circular 1.273, de 29 de Dezembro de 1987,

instituiu a criação do COSIF (Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional), o que colaborou para o acompanhamento, análise, avaliação do desempenho e controle das IF's.

De acordo com Niyama (2006, p.21)

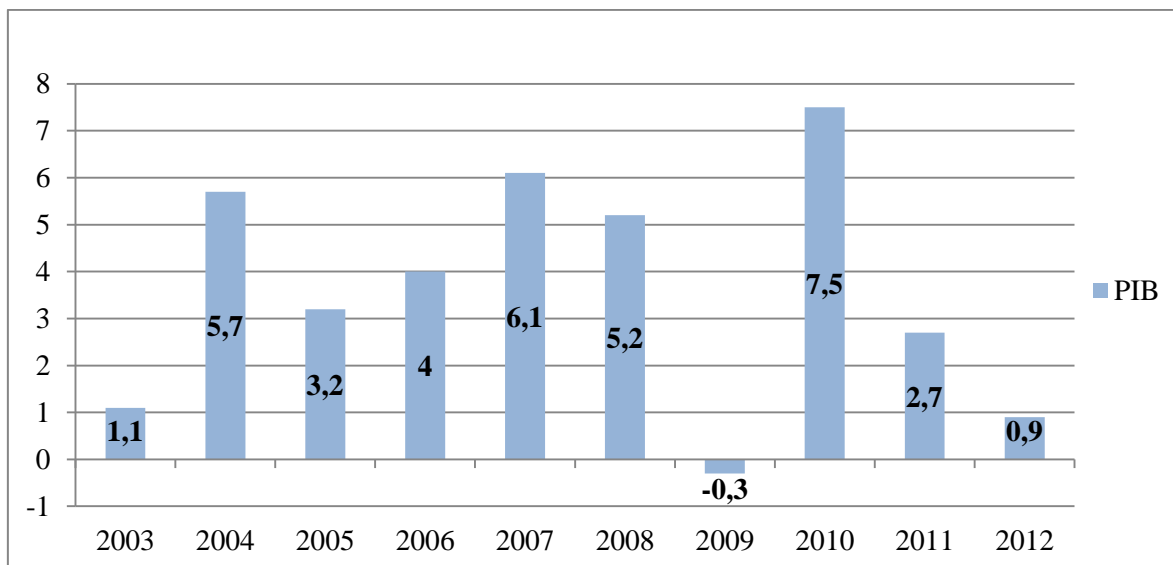
O objetivo do Cosif é o de uniformizar os registros, racionalizar a utilização de contas, estabelecer regras, critérios e procedimentos necessários a obtenção e divulgação de dados, possibilitar o acompanhamento do sistema financeiro, bem como a análise, a avaliação do desempenho e o controle pelo Banco Central, de modo que as demonstrações financeiras expressem, com fidedignidade e clareza, a real situação econômico-financeira da instituição.

A estruturação do Cosif permitiu avaliação das instituições financeiras ao longo do tempo no Brasil, visto que a não publicação ou atraso superior a 15 dias após o fechamento mensal, são passíveis de sanções pelas normas do BACEN, coloca-se assim a instituição, gestores, gerentes e membros dos conselhos sujeitos as penalidades previstas na lei nº 4.595, de 1964.

A organização do SFN possibilitou a ascensão dos bancos públicos e privados na participação do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, onde a participação em 1990 atingiu cerca de 12,78% do PIB, um percentual muito elevado comparado com países desenvolvidos. Entretanto, a participação das IF's reduziu para 6,94% em 1995 após a proibição da correção monetária, entretanto a participação é significativa na condução das políticas monetárias e desenvolvimento do país.

O PIB no Brasil passou por oscilações após 1994, com crescimento constante de 2003 a 2008, entretanto, o PIB atingiu o seu menor crescimento 2009 devido ao agravamento da crise internacional, com uma retração no PIB de 0,3%. Nos anos seguintes, o PIB teve uma significativa melhora na sua performance, entretanto ocorreram reduções no crescimento nos anos de 2011 e 2012, impactados pela crise internacional, o processo de ajuste de estoques na indústria, redução das taxas de juros e os estímulos governamentais como a redução do IPI. Segue gráfico com a evolução do PIB no período.





**Gráfico 1 - Produto Interno Bruto (PIB) - (% a.a)**

Fonte: IBGE e elaboração pelo autor.

A implementação do plano real em julho de 1994, conforme Lei nº 9.069 de junho de 1995, fez com que a inflação, que antes atingia uma média de 700% a 950% ao ano em 1994, passasse a ter uma inflação média de 10% a 20% ao ano. Em 1995, a inflação teve um patamar em torno de aproximadamente 15% ao ano, o que gerou uma desestruturação do Sistema Financeiro Nacional devido a uma deterioração das carteiras dos principais bancos, expondo assim as condições de ineficiência das gestões das instituições, visto que os bancos auferiam receita atreladas a inflação. Segundo Gregório (2005), os custos dos bancos não acompanharam a redução das receitas auferidas pela inflação, visto que os bancos não adotaram a priorização da redução dos custos nos primeiros momentos.

A situação de insolvência de instituições financeiras fez com que as autoridades governamentais implantassem dois programas para a reestruturação do Sistema Financeiro Nacional, quais sejam: Programa de Incentivo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (PROER) e o Programa de Incentivo à redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES).

O PROER teve como finalidade a recuperação das instituições financeiras com graves problemas de caixa e liquidez, o que poderia causar uma crise sistêmica. O governo desenvolveu o programa nos quatro principais pilares, são eles:

- Estabeleceu incentivos fiscais para a incorporação de bancos que estavam dificuldades, com a contabilização pela incorporadora dos prejuízos decorrentes de carteiras de alto risco e alta inadimplência, através da lei 9.710, de 19/11/1998.

- Consolidação do poder do Bacen no que tange as regras para a fusão e incorporação dos bancos em dificuldades financeiras. As instituições que aderiram ao programa tinham acesso as linhas especiais de crédito, assim, o governo no período de 1995 a 2000 destinou aproximadamente R\$ 30 bilhões a bancos brasileiros.
- Criação do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) através da Resolução 2.211, de 16/11/1995, estabeleceu garantias monetárias as pessoas físicas que operavam nos bancos atuantes no Brasil, limitado por CPF e por CNPJ de instituição financeira, caso os bancos fosse submetidos a regime de intervenção e/ou liquidação judicial. O fundo passou a ser gerido pelos próprios bancos que compõem o sistema.
- A resolução 2.212, de 16/11/1995 que estabeleceu o aumento da exigibilidade mínima de capital social para a criação de novos bancos, não impacta diretamente o limite mínimo exigido para fusões, incorporações e transferências de controles acionários.

O PROES, Medida Provisória MP 1.514, de 07/08/1996, teve como finalidade o refinanciamento das dívidas dos bancos, em especial dos bancos públicos. O principal instrumento do programa foram as linhas de financiamento do governo federal aos estados, que permeou a utilização das seguintes alternativas aos Estados que detinham instituições financeiras:

- Extinção;
- Privatização;
- Transformação em instituição não financeira (Agência de fomento);
- Aquisição do controle pelo governo federal, no qual deveria privatizar ou extinguir;
- saneamento;

Os Programas equilibram os problemas dos Bancos Públicos, entretanto a adesão dos Estados e de suas respectivas instituições gerou a presença de instituições financeiras controladas pelo Governo. A redução quantitativa dos bancos foi expressiva, no qual passou de 238 em 1993 para 160 em 2012, sendo que desse total, a quantidade de bancos públicos em 1993 era de 30 e passou para 9 em 2012. A Tabela 1 mostra que a redução da participação dos bancos públicos ao longo do tempo.

**Tabela 1 - Participação Percentual nos Ativos totais do SFN, por controle acionário**

Ano	Bancos Públicos	Bancos Nacionais	Privados	Bancos Com Controle Estrangeiro	Total
Dez/1993	51	40		9	100
Dez/1994	52	41		7	100
Dez/1995	52	39		9	100
Dez/1996	51	38		11	100
Dez/1997	50	37		13	100
Dez/1998	46	35		18	100
Dez/1999	43	33		23	100
Dez/2000	37	35		28	100
Dez/2001	32	38		30	100
Dez/2002	35	37		28	100
Dez/2003	38	41		21	100
Dez/2004	35	42		23	100
Dez/2005	33	44		23	100
Dez/2006	37	36		27	100
Dez/2007	28	51		21	100
Dez/2008	27	52		22	100
Dez/2009	30	52		18	100
Dez/2010	28	54		18	100
Dez/2011	29	53		18	100
Dez/2012	32	52		16	100

Fonte: Relatório de Evolução do SFN do Banco Central

A Tabela 1 mostra o aumento substancial da participação dos Bancos com capital estrangeiro, passando de 9% em 1993 para 23% em 2004. Os fatores relevantes que contribuíram para a elevação foram as aquisições, privatizações e saneamento dos bancos públicos e privados que estavam em dificuldades financeiras. A quantidade de bancos públicos foi reduzida em 37,5% do período de 2003 para 2012, passando de 51 para 32 devido as liquidações judiciais, aquisições, extinções e saneamentos.

O PROER e o PROES vigoraram até meados do século XX, nesse período os bancos, principalmente os públicos. Segundo Gregório (2005), devido à ineficiência e por serem menos flexíveis do que os privados, os bancos públicos passaram por diversas reestruturações nos ativos e passivos, o que pode ter ocasionado elevações e reduções nos lucros líquidos dos bancos. Por esse motivo, o presente trabalho utilizou o período de 2003 a 2012, após a estabilidade nas instituições financeiras e o processo de implementação do acordo Basileia 2 no período de 2003 até 2011.

Outro fator relevante para a utilização do período foi a extinção da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). O governo criou uma Medida provisória, MP nº 413, de 03/01/08, convertida na Lei nº 11.727, de 23/05/2008, no qual determinou a

elevação da alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), a cargo das instituições financeiras, de 9% para 15%, outra medida ação foi o Decreto N° 6.339, de 03/01/08, no qual o governo no mesmo período elevou as alíquotas de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidentes sobre operações de crédito. Assim, o lucro líquido dos bancos após impostos foram impactados diretamente com as novas alíquotas, o que torna objeto de estudo para a separação dos períodos, reforçado pela crise financeira conhecida como *Subprime* conforme explanada anteriormente no trabalho.

No ano de 2009, através da Lei 11.977, de 07/07/2009, o governo federal constituiu o programa "Minha Casa Minha Vida" tem como objetivo a solução dos problemas crônicos de habitação. Contudo, o programa foi importante para o fomento de crédito para habitação e o estímulo da liquidez no mercado brasileiro, com o investimento previsto de R\$ 34 bilhões. Devido a crise do *Subprime* americano no setor imobiliário, a crise alastrou para diversos países, o programa serviu para estimular a procura por crédito nos principais bancos públicos, Banco do Brasil e Caixa Econômica, o que pode ter colaborado para uma melhora nos indicadores de rentabilidade no período de 2009 a 2012.

## **2.2 Retorno Sobre Ativo (RSA) ou *Return On Assets (ROA)***

O RSA relaciona o lucro líquido ao investimento globais da empresa, discriminado no ativo total médio do período de apuração. Nos ativos dos bancos existem valores referentes a intermediações na composição do ativo total, tais valores precisam ser considerados na apuração do ativo, visto que o recurso transacionado pelas instituições geram resultados em tesouraria. A fórmula é representada como:

$$ROA = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total Médio}}$$

O indicador serve como parâmetro para a avaliação da alavancagem financeira da empresa, no que consiste na utilização de capital de terceiros para financiar a empresa. Se o ROA da entidade for maior que o custo da dívida ( $K_i$ ), significa que a empresa tem uma alavancagem positiva, o que demonstra que a remuneração sobre ativos consegue pagar os terceiros que forneceram o capital. Contudo, caso a empresa tenha um ROA menor que o custo da dívida, a empresa deve evitar captar recursos com terceiros, o que conseqüentemente reduzirá a alavancagem financeira e o retorno aos acionistas. Para Braga (1995), verificar o aumento ou redução no retorno está intrínseco a fórmula de apuração do indicador de lucratividade, influenciado pela eficiência no uso dos ativos.

O ROA é amplamente defendido na zona do Euro como um dos principais indicadores bancários, visto que o somatório de todos os investimentos é avaliado sobre os ativos das IF's, cuja as políticas de investimentos ao longo do tempo podem ser avaliadas com base em eventos *Ex post* do capital investido. Na década de 30, a empresa *E.IduPont de Nemours anda Company* desenvolveu o modelo *DuPont de Nemours*, nos Estados Unidos, conhecida também como *Modelo de Dupont*. A fórmula consiste no desmembramento das vendas no período, incluindo tal variável a equação anterior:

$$\text{ROA} = \frac{\text{LL}}{\text{V}} \times \frac{\text{V}}{\text{AT}}$$

O modelo também pode ser apresentado como uma adaptação do ROE para instituições financeiras, com a substituição das vendas por receitas financeiras e por fim a substituição do Ativo Total pelo Patrimônio Líquido, conforme equação a seguir:

$$\text{ROE} = \frac{\text{LL}}{\text{RF}} \times \frac{\text{RF}}{\text{PL}}$$

Segundo Johnson e Robinson (1974), o ROI na época era denominado de PGE - Poder de Ganho da empresa, no qual consistia a capacidade da empresa em gerar ganhos sobre os investimentos realizados ao longo do tempo.

Segundo Gregório (2005, p. 46), ROA tem dificuldades adicionais na mensuração no setor bancário, visto que o banco trabalha com elevado grau de alavancagem financeira devido a sua principal atividade, que consiste na captação de recursos dos agentes superavitários da economia e emprestá-los para agentes deficitários, cria-se assim as intermediações financeiras.

Por esse motivo, não será considerado na pesquisa a utilização do ROA como um indicador de rentabilidade bancária, mesmo ele sendo em parte adequadas as Instituições financeiras.

### **2.3 Retorno Sobre o Patrimônio Líquido (RSPL) ou *Return On Equity* (ROE)**

O RSPL é um indicador financeiro que refere a capacidade da entidade em gerar valor agregado sobre os recursos próprios, tendo uma grande aproximação com o ROA, alterando apenas o denominador para o Patrimônio Líquido. Diferente do ROA, o RSPL mede a

capacidade de performance dos recursos próprios dos sócios, considerando os lucros e reservas acumuladas, como principal forma de retorno do capital investido, sendo um indicador mais importante e abrangente, segundo Matarazzo (1998, p.403 e 404) dentre os principais retornos, o mais importante é para empresa é o retorno sobre o patrimônio líquido.

Conforme Kassai(2000, p .180), o investidor toma uma decisão de investimento baseada na maximização do seu capital, caso contrário aplicaria o capital em outra alternativa mais rentável, o que torna passível a comparação direta com outras alternativas no mercado e empresas. O raciocínio é defendido por Assaf (2006, p. 320 e 321), "O Retorno sobre o patrimônio líquido fornece o ganho percentual auferido pelos proprietários como uma consequência das margens de lucro, da eficiência operacional, do *leverage* e do planejamento eficiente de seus negócios.

Contudo, o RSPL não é um indicador aceito por todos os pesquisadores. Demirgüç-Kunt e Huizinga (1999) não defende a ampla utilização do ROE em todos os países, visto que países que exigem um capital próprio baixo acaba "escondendo" a real rentabilidade das instituições financeiras. Entretanto, essa idéia não se aplica ao trabalho, visto que o acordo de Basiléia 2, determina que cada Banco tenha um índice mínimo para operacionalizar no mercado, o que contribui para a retenção e aumento do patrimônio líquido, tendo como base na metodologia o Patrimônio de Referência (PR), cuja a medida de capital utilizada para verificar o cumprimento dos limites operacionais dos bancos, nos termos da resolução CMN nº 3.444, de 28 de fevereiro de 2007, no qual o PR é composto basicamente pelo somatório do capital de nível I (soma dos valores de patrimônio líquido) e do capital de nível II (soma dos valores de reservas de reavaliação), com as deduções previstas no normativo.

Com relação à forma de cálculo do ROE, Málaga *et al.* (2003, p. 8) utiliza o patrimônio líquido inicial respaldado na seguinte afirmativa "[...] o lucro é gerado não sobre o patrimônio líquido do final do período, mas sobre o Patrimônio Líquido do início do ano". Tal posicionamento confere a seguinte fórmula:

$$ROE = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{PL (Inicial)}}$$

Segundo Gregório (2005, p. 43), o índice não tem uma fórmula única de ser calculado, existem variações na definição do denominador da função, na utilização do (PL) como o PL médio, auferido pela média aritmética do PL inicial e final, transcrito na seguinte função.

$$ROE = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\frac{(\text{PL Inicial} + \text{PL Final})}{2}}$$

A partir dessas considerações, o Retorno sobre o Patrimônio Líquido (RSPL) sobre o Patrimônio Líquido médio foi escolhido como indicador de rentabilidade do estudo, sendo calculado conforme função demonstrada anteriormente.

### 3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

#### 3.1 Pesquisa Empírica

A pesquisa foi desenvolvida no modelo de tratamento de forma empírica dos eventos, no qual produz e analisam dados, procedendo com a busca de dados relevantes e convenientes através da vivência e experiência do pesquisador. A pesquisa empírica utiliza dados a partir de fontes diretas que dominam, vivenciam ou tem conhecimento técnico sobre o assunto, agregando valor as pesquisas. Segundo Demo (1994), "O significado dos dados empíricos depende do referencial teórico, mas estes dados agregam impacto pertinente, sobretudo no sentido de facilitarem a aproximação prática".

As amostras das pesquisa foram não-probabilísticas. Segundo Mattar (1996, p.132), "Amostragem não-probabilística é aquela que a seleção dos elementos da população para compor a amostra depende ao menos em parte do julgamento do pesquisador ou do entrevistador no campo". Contudo, em determinadas ocasiões em que seu uso aplicado é justificável e útil, dessa forma a separação dos dados restringe aos elementos da amostra cujos dados estão disponíveis ao alcance do usuário.

Segundo, Mattar (1996), as amostras não-probabilísticas podem ser de três tipos: por conveniência, por julgamento ou proporcional. No tipo primeiro caso, os fatores são selecionados conforme a disponibilidade ou por conveniência do pesquisador de forma a serem mais acessíveis. No segundo caso, o pesquisador seleciona os membros da população que são fontes de informações confiáveis e satisfatórias. O último caso, o pesquisador entrevista um número definido de pessoas em cada categoria. Assim, os critérios de seleção das amostras da pesquisa seguiram o critério de julgamento, ou seja, foram selecionados bancos que o pesquisador tem conhecimento da representatividade dos valores estabelecidos sobre as populações.

#### 3.2 Definição da Amostra e Coleta de Dados

A amostra relativa aos Bancos<sup>2</sup> atuantes no Brasil teve como base o relatório 50 Maiores Bancos e Consolidado do Sistema Financeiro Nacional disponibilizado pelo Banco central do Brasil (BACEN) com base nas informações contábeis publicadas das instituições

---

<sup>2</sup>Bancos: Conjunto de bancos públicos, privados e de controle estrangeiro, atuantes no Brasil, considera-se como Instituições Financeiras Independentes, Conglomerados Financeiros e os Consolidados Financeiros.



financeiras. Esse relatório é divulgado trimestralmente no site<sup>3</sup> do BACEN. De acordo com a seguinte prerrogativa:

O Banco Central do Brasil, por meio do relatório 50 maiores bancos e o consolidado do Sistema Financeiro Nacional, divulga trimestralmente as informações contábeis dos conglomerados financeiros que detenham bancos em sua composição e dos bancos não integrantes de conglomerados, que estejam em funcionamento normal. Classificando-os pela ordem decrescente de ativo total deduzido da intermediação financeira.

A versão preliminar e a definitiva são disponibilizadas 60 e 90 dias, respectivamente, após o fechamento do trimestre. No entanto, para a data-base de dezembro, não há divulgação da versão preliminar, mas apenas da versão definitiva, 90 dias após essa data-base.

#### Segundo metodologias e esclarecimentos do BACEN:

Sistema Financeiro Nacional: Conjunto de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto Administradoras de Consórcios, agrupadas ou não em conglomerados.

Bancos: Equivalem aos conceitos de Conglomerados Bancários e Instituições Independentes, na forma a seguir definida.

Conglomerado: Conjunto de instituições financeiras que consolidam seus demonstrativos contábeis.

Bancárias Independentes I: Instituições financeiras do tipo Banco Comerciais, Banco Múltiplo com Carteira Comercial ou Caixa Econômica que não integrem conglomerado.

Bancárias Independentes II: Instituições financeiras do tipo Banco Múltiplas sem Carteira Comercial e Banco de Investimento, que não integrem conglomerado.

Bancárias Independentes III: Cooperativas de Crédito.

Bancárias Independentes IV: Instituições financeiras do tipo Banco de Desenvolvimento, que não integrem conglomerado.

Conglomerado Bancário I: Conglomerado composto de pelo menos uma instituição do tipo Banco Comercial ou Banco Múltiplo com Carteira Comercial.

Conglomerado Bancário II: Conglomerado composto de pelo menos uma instituição do tipo Banco Múltiplo sem Carteira Comercial ou Banco de Investimento, mas sem conter instituições do tipo Banco Comercial e Banco Múltiplo com Carteira Comercial.

Assim, foi adotado somente as Instituições Financeiras pertencentes ao sistema bancário que possuem carteira comercial, Banco múltiplo ou Caixa Econômica e que, podem captar depósitos á vista no mercado, pertencentes ao conjunto<sup>4</sup> I. Assim, demais bancos e Instituições Financeiras Não Bancárias pertencentes ao conjunto III, referente às cooperativas de crédito, não foram considerados na amostra. O banco de investimento BNDES, por exemplo, classificado no conjunto Não-Bancário IV ficam fora da amostra.

<sup>3</sup>Informações disponíveis no seguinte domínio eletrônico: <http://www4.bcb.gov.br/top50/port/top50.asp>

<sup>4</sup>Conjunto dos de Instituições Financeiras Independentes, Conglomerados e Consolidados. Pertencentes as classificações I, II, III e IV.

Outra categorização fundamental desse estudo adotada pelo BACEN na identificação do controle acionário dos bancos foi conforme descrita:

TC = Tipo de controle: Identifica a origem do controle de capital dos conglomerados bancários ou das instituições independentes. Ele é apresentado com a seguinte representação:

1: Público

2: Privado Nacional

3: Privado com Controle Estrangeiro

Com base na categorização dos bancos, o estudo estabeleceu a separação em dois grupos distintos, sendo o primeiro composto pelos bancos públicos<sup>5</sup> e o segundo pelos bancos privados, estes agrupados em Privado Nacional e de controle estrangeiro. A separação é importante para a análise das hipóteses quando são comparados os dois grupos no período de 2003 a 2012.

A utilização da metodologia de separação em dois grupos distintos e a comparação histórica da evolução dos respectivos índices de rentabilidade viabiliza o estudo da seguinte hipótese:

**H1** Os bancos privados apresentam uma rentabilidade superior aos dos bancos públicos.

Os balanços disponibilizados pelo BACEN são semestrais, junho e dezembro. Assim, ao todo foram 1.064 balanços semestrais, cujos lucros líquidos foram somados e anualizados para o cálculo dos ROE's. O nível de detalhamento das publicações oficiais devem ser apresentadas de forma consolidada, sem identificação das instituições individualmente.

Não foram utilizados Bancos que tiverem liquidação judicial, intervenção do Banco Central ou que sofreram processos de fusão ou aquisição, por motivos legais e de fidedignidade das informações contábeis. As exclusões foram relativas aos bancos que não tiveram ambas as publicações no mesmo ano, em Junho e Dezembro. No ano de 2003, foi desconsiderado da amostra o Banco Santos, visto que foi liquidado pelo Bacen. Nos anos de 2006 não foram considerados o Banco Pactual e o Banco UBS, já que no ano, o UBS pactual adquiriu as participações do Pactual, entretanto, no ano de 2007 o UBS foi considerado por ter as informações de ambos os semestres. O Banco BankBoston foi desconsiderado da amostra de 2007 devido sua compra pelo Banco Itaú, e por não ter apresentado as publicações no dois semestre.

---

<sup>5</sup>De acordo metodologia do Bacen, é o conjunto de entidades financeiras vinculadas diretamente ou não, por participação acionária ou por controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum, ou pela atuação no mercado, no qual detenham maior participação do governo ao controle governo

A distribuição da participação da amostra no conjunto bancário I selecionados, está discriminada na tabela 2.

**Tabela 2 - Participação da amostra no conjunto bancário I - \* Valores em mil**

ANO	PRIVADO*	PUBLICO*	Total geral*	%Participação Consolidado I	TOTAL BANCÁRIO I*
2003	544.656.841	424.842.846	969.499.687	91,2%	1.063.600.543
2004	620.232.560	437.452.742	1.057.685.302	91,2%	1.159.438.702
2005	760.985.212	485.181.268	1.246.166.480	92,2%	1.351.428.520
2006	967.392.626	549.001.439	1.516.394.065	91,8%	1.651.102.487
2007	1.252.806.696	636.556.612	1.889.363.308	91,2%	2.071.459.621
2008	1.676.020.713	805.553.583	2.481.574.296	93,5%	2.652.986.663
2009	1.624.463.999	927.004.767	2.551.468.766	93,5%	2.727.598.293
2010	2.109.716.327	1.143.052.395	3.252.768.722	94,2%	3.453.359.804
2011	2.400.595.088	1.365.565.701	3.766.160.789	94,1%	4.003.361.424
2012	2.587.356.727	1.654.861.137	4.242.217.864	94,5%	4.488.996.419
<b>Média</b>	<b>1.454.422.679</b>	<b>842.907.249</b>	<b>2.297.329.928</b>	<b>92,7%</b>	<b>2.462.333.248</b>

Fonte: Elaboração do Autor com base nas Informações do BACEN.

Conforme Tabela 2 a participação do conjunto bancário I, corresponde a uma média de 92,7%. No ensejo, a elevada concentração de mercado dos Bancos no SFN foi um fator determinante para a separação de uma nova amostra dos dados, mais direcionada na averiguação dos resultados, foram considerados os 20 maiores bancos de cada ano, independente da sua recorrência nos em outros anos, tendo como critério a classificação decrescente por Ativo total deduzido das Intermediações, assim, foram considerados 400 balanços semestrais.

A distribuição do total de bancos em cada amostra está discriminada na Tabela3.

**Tabela 3 - Número de Bancos Públicos e Privados Selecionados**

TIPO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
PRIVADO	15	15	15	15	15	15	16	16	16	16	154
PUBLICO	5	5	5	5	5	5	4	4	4	4	46
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>200</b>

Fonte: Elaboração do Autor com base nas Informações do BACEN.

Diante da Tabela 3 verifica-se a característica da amostra dos 20 bancos selecionados a cada ano. A quantidade de números absolutos de bancos públicos e privados foram em média respectivamente 5 e 15. Elucidando conforme seleção dos bancos citados na tabela 2.

Nota-se que devido a relevância das participações no mercado financeiro dos 20 maiores bancos conforme descritas nas tabelas anteriores, o critério de relevância funcionou como parâmetro para o desenvolvimento do estudo. Enfatiza-se, que ao se tratar de amostras não-probabilísticas, as conclusões não podem ser generalizadas quando comparadas com outras amostras ou períodos, elas só valem para as amostras selecionadas.

A variação quantitativa dos bancos ao longo do período não teve grandes distorções, o que gera uma uniformidade na comparação do índice de rentabilidade nos bancos públicos e privados. A separação e a consistência das informações apresentadas, reforça o estudo da hipótese:

**H2** A rentabilidade dos Bancos atuantes no Brasil, apurada pelo ROE, no período de 2008 a 2012 é menor que a rentabilidade auferida no período de 2003 a 2007.

### 3.3 Definição dos Períodos de Análise

A amostra total é de 10 anos completos com 20 semestres, por sua vez, as análises foram separadas em dois períodos diferentes, de 2003 a 2007 e 2008 a 2012, que foram denominados respectivamente como 1º período e 2º período. Foi adotado esse procedimento para avaliar o comportamento das rentabilidades entre os bancos públicos e privados e identificar possíveis associações.

O critério que fundamentou a divisão dos períodos foi a crise do sistema financeiro de 2008, conhecida como *Subprime*, devido às mudanças nas políticas de taxas de juros básicas no exterior e no mercado interno, as medidas políticas com redução das taxas de juros praticadas pelos bancos para a elevação do consumo pela sociedade e adoção de aumento das alíquotas incidentes sobre operações de crédito e lucros dos Bancos. Evitou-se assim, a formação de um longo período de tempo, limitando a 5 anos cada período.

Com a separação dos períodos em duas partes, cria-se também uma variável de comparação, definida como "período", que será útil para avaliar a rentabilidade média e evolução dos grupos no tempo.

### 3.4 Cálculo do Retorno Sobre o Patrimônio Líquido (ROE)

Neste estudo, como já mencionado, a comparação dos bancos públicos e privados teve como critério de cálculo da rentabilidade sobre o PL a utilização do PL médio  $\{(PL \text{ inicial} + PL \text{ final}) / 2\}$ , sendo que o critério é utilizado pelo ASSAF (2006) como um indicador ponderado para analisar melhor a performance de empresas. Assim, quando analisa o *spread* econômico do setor bancário a ponderação do Patrimônio Líquido é aceita para o tratamento e compilação dos dados.

A rentabilidade foi calculada, anualmente, para cada banco de acordo com a seguinte fórmula:

$$ROE = \frac{LL \text{ Inicial} + LL \text{ Final}}{\frac{(PL \text{ Inicial} + PL \text{ Final})}{2}}$$

Em que:

ROE = Rentabilidade sobre PL

LL = Lucro Líquido após impostos

PL = Patrimônio Líquido

Posteriormente, foi calculada a rentabilidade média para os grupos de bancos públicos e privados para cada um dos dois períodos, resultando na seguinte fórmula:

$$ROEm = \frac{\sum_{i=1}^n ROE_i}{n}$$

Em que:

ROEm = rentabilidade média dos bancos

ROE = Rentabilidade sobre PL

i = Número de anos

n = Número de Bancos

### 3.5 Determinação das Medidas

Foi utilizada a média aritmética simples como parâmetro de comparação das amostras entre bancos públicos e privados, no qual consiste na obtenção da posição central utilizando a soma dos eventos dividida pelo número da amostra. Entretanto, a média não determina a variação dos conjunto dos valores, relacionando os extremos, tanto mínimos quanto máximos. Como esses extremos podem ter valores significativos, acabam distorcendo a média, o que pode ocasionar uma avaliação imprecisa dos resultados.

Segundo Stevenson (1981), a utilização da média determina a medida de tendência central de um conjunto, depende de diversos fatores. A média é sensível e pode ser influenciada por conjunto conjuntos de valores, inclusive extremos, o que torna a média uma medida "atraente".

O modelo de desvio padrão auxilia na presunção da variabilidade dos conjuntos de valores, cria-se assim uma medida de dispersão estatística existente em relação a média. Um baixo desvio padrão implica que os dados estão próximos a média, já um desvio padrão elevado indica que os dados estão distantes da média. O método é uma das medidas mais utilizadas para distribuições, e desempenha papel relevante em toda a estatística. Cabe notar que a medida de unidade do desvio padrão é a mesma da média.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com base na categorização dos bancos, o estudo estabeleceu a separação em dois grupos distintos, sendo o primeiro composto pelos bancos públicos, e o segundo pelos bancos privados, estes agrupados em Privado Nacional e de controle estrangeiro. A separação é importante para a análise das hipóteses quando são comparados os dois grupos no período de 2003 a 2012. A definição dos períodos de análise resultante da amostra total é de 10 anos completos com 20 semestres, por sua vez, as análises foram separadas em dois períodos diferentes, que foram denominados respectivamente como 1º período e 2º período. Foi adotado esse procedimento para avaliar o comportamento das rentabilidades entre os bancos públicos e privados e identificar possíveis associações.

A seguir os resultados apresentados são separados nas seguintes seções.

### 4.1 Primeiro Período (2003 a 2007)

Na apresentação da tabela 4 verificou-se que o ROE médio do setor bancário privado apresentou uma média do período de 20,1% com desvio padrão de 7,24%, entretanto o setor bancário público de média 23,4% com desvio padrão de 2,0%. É assinalado na tabela a seguir os estudos dos ROE's máximos e mínimos, com os bancos públicos apresentam menor amplitude e com um padrão uniforme quando comparados com os bancos privados, corroborando com o preposto do PROES. Projeto este implementado no ano de 1996 que vigorou até meados 2001 e teve por objetivo a redução da participação dos bancos públicos no setor bancário e estabilização das rentabilidades.

**Tabela 4 - Comparação Bancos Privados x Banco Públicos - 2003 a 2007 - ROE em %**

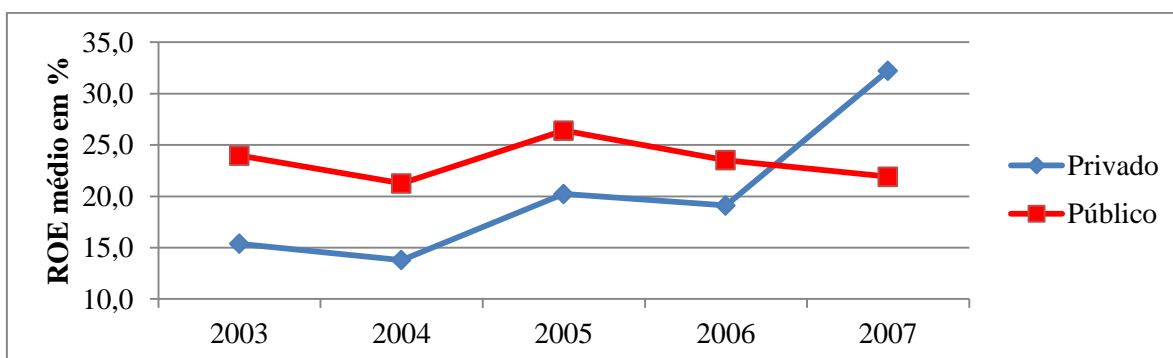
Ano	Bancos Privados (n=15)			Bancos Público (n=5)		
	ROE Médio	ROE Mínimo	ROE Máximo	ROE Médio	ROE Mínimo	ROE Máximo
2003	15,4 ±11,0	-7,2	29,2	24,0 ±11,3	6,8	37,0
2004	13,8 ±11,7	-11,0	33,2	21,3 ±7,7	11,5	32,6
2005	20,2 ±13,3	-10,4	49,5	26,4 ±8,7	12,1	34,8
2006	19,1 ±11,9	-1,6	50,5	23,5 ±7,3	13,7	30,3
2007	32,2±21,8	11,3	80,4	21,9±11,2	10,7	39,5
2003-2007	20,1 ±7,24	-11,0	80,4	23,4 ±2,0	6,8	39,5

Fonte: Dados Bacen elaborados pelo autor

A partir da Tabela 4, pode-se inferir que, nos anos de 2005, 2006 e 2007, os bancos privados tiveram ROE máximos maiores nas ordens de 49,5% (Banco DEUTSCHE), 50,5% (Banco CREDIT SUISSE) e 80,4% (UBS Pactual). Entretanto, os bancos privados apresentam uma distribuição com elevado desvio padrão de aproximadamente 7,24% no

período, o que demonstra que existem bancos com elevadas rentabilidades e bancos com uma rentabilidade baixa.

No Gráfico 2 a seguir demonstra que os bancos públicos nos período de 2003 a 2006 tiveram ROE's médios superiores quando comparados aos bancos privados. Devido aos planos de estabilização econômica implementadas através do PROER e PROES nos bancos públicos nos anos anteriores possibilitaram uma maior *performance* no setor bancário.



**Gráfico 2 - Evolução dos Bancos Privados e Bancos Públicos**

Fonte: Dados Bacen elaborados pelo autor

Observa-se também no Gráfico 2 referida que durante todo o período de 2003 a 2007 apenas no último ano o banco privado apresentou valor médio de ROE maior que o banco público. Tal alteração justifica-se pela crise do *Subprime*, que teve seu início no final de 2006 e seu auge em meados de 2008.

#### 4.2 Segundo Período (2008 a 2012)

O marco que estabeleceu a divisão dos períodos foi a crise do sistema financeiro de 2008, conhecida como *Subprime*, devido as mudanças nas políticas de taxas de juros básicas no exterior e no mercado interno, as políticas com medidas de redução das taxas juros praticadas pelos bancos para estimular a elevação do consumo pela sociedade e as adoções de aumento das alíquotas incidentes sobre operações de crédito e lucros dos Bancos.

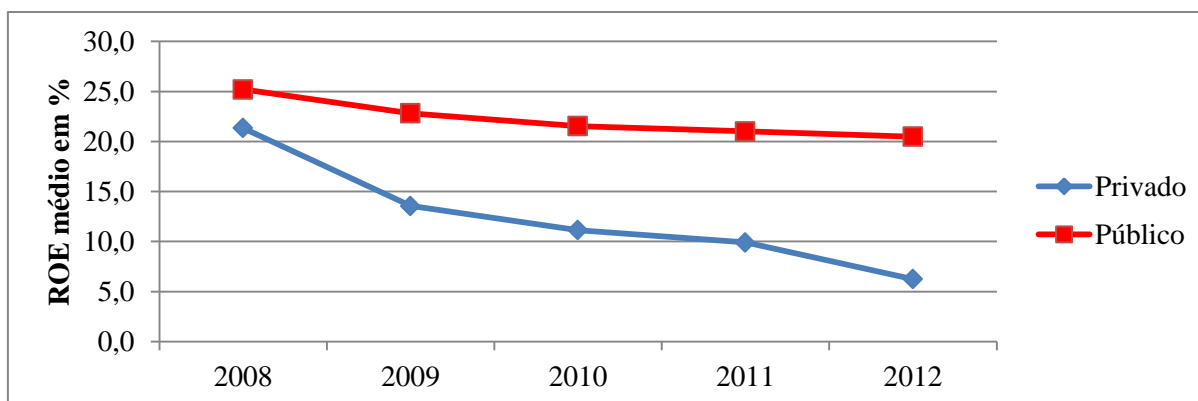
A perceptibilidade da rentabilidade será evidenciada através da comparação direta dos ROE no segundo período, tanto na média quanto no desvio padrão. Os dados estão dispostos conforme a tabela 5 a seguir.

**Tabela 5 - Comparação Bancos Privados x Banco Públicos - 2008 a 2012 - ROE em %**

Ano	Bancos Privados				Bancos Público			
	Nº de Bancos	ROE Médio	ROE Mínimo	ROE Máximo	Nº de Bancos	ROE Médio	ROE Mínimo	ROE Máximo
2008	15	21,3 ±11,6	5,3	55,4	5	25,2 ±5,6	19,7	31,3
2009	16	13,6 ±11,0	-8,1	39,4	4	22,8 ±5,3	16,4	29,3
2010	16	11,1 ±14,9	-39,8	26,9	4	21,5 ±5,3	14,8	26,2
2011	16	9,9 ±18,9	-54,2	26,7	4	21,0 ±5,7	13,6	27,4
2012	16	6,2 ±13,5	-22,7	21,3	4	20,5 ±3,9	17,1	26,1
2008-2012	-	12,4 ± 5,64	-54,2	55,4	-	22,2 ±1,9	13,6	31,3

Fonte: Dados Bacen elaborados pelo autor

Na Tabela 5 verifica-se que durante todo segundo período houve declínio constante tanto no banco privado quanto no banco público no que tange a variável ROE médio. A variável citada apresenta valores em 2008 de médias 21,3% e 25,2% para banco privado e público, respectivamente. Em comparação com o ano de 2012 observa-se valores de média 6,2% e 20,5%. Assim como no ROE médio também é possível verificar um declínio no ROE máximo. As reduções podem ser justificadas pela crise do *Subprime*. Na apresentação dessa tabela 5 é notório que o ROE médio do setor bancário privado apresentou uma média do período de 12,4% desvio padrão de 5,64%, entretanto o setor bancário público de média 22,2% com desvio padrão de 1,9%.

**Gráfico 3 - Evolução dos Bancos Privados e Bancos Públicos**

Fonte: Dados Bacen elaborados pelo autor

No Gráfico 3 observa-se que durante todo o período de 2008 a 2012 houve um declínio no ROE médio, porém o declínio do banco público deu-se de uma maneira mais constante, enquanto o banco privado apresentou um declínio mais exponencial. Pressupõe-se que o declínio entre os bancos justifica-se pelo fato da redução da taxa básica de juros (SELIC), redução das taxas praticadas em operações de crédito do setor imobiliário praticados pelo programa minha casa minha vida, e baixo crescimento da economia (PIB). Corroborado com dados citados por Gregório (2005), em que relata a relação entre a instabilidade



econômica e o banco central no desempenho da taxa básicas de juros. Existindo uma relação entre a taxa SELIC e Ganhos líquidos.

### 4.3 Análise geral do período (2003 a 2012).

Na tabela 6 a seguir, os dados de rentabilidade média de todos os períodos foram compilados, sendo possível evidenciar a comparação da rentabilidade dos dois períodos em seqüência.

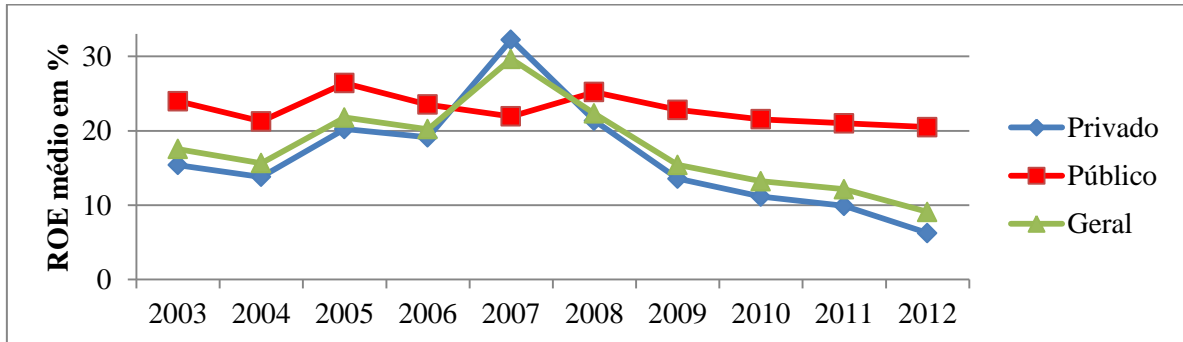
**Tabela 6 - Comparação Bancos Privados x Bancos Públicos - 2003 a 2012 - ROE em %**

Ano	Bancos Privados		Bancos Público		Geral	
	Nº de Bancos	ROE Médio	Nº de Bancos	ROE Médio	Nº de Bancos	ROE Médio
2003	15	15,4 ±11,0	5	24,0 ±11,3	20	17,5 ±11,5
2004	15	13,8 ±11,7	5	21,3 ±7,7	20	15,7 ±11,1
2005	15	20,2 ±13,3	5	26,4 ±8,7	20	21,8 ±12,4
2006	15	19,1 ±11,9	5	23,5 ±7,3	20	20,2 ±10,9
2007	15	32,2 ±21,8	5	21,9 ±11,2	20	29,7 ±20,0
2008	15	21,3 ±11,5	5	25,2 ±5,6	20	22,3 ±10,4
2009	16	13,6 ±11,0	4	22,8 ±5,3	20	15,4 ±10,7
2010	16	11,1 ±14,9	4	21,5 ±5,3	20	13,2 ±14,1
2011	16	9,9 ±18,9	4	21,0 ±5,7	20	12,1 ±17,6
2012	16	6,2 ±13,5	4	20,5 ±3,9	20	9,1 ±13,5
2003-2007	-	20,1 ±7,24	-	23,4 ±2,0	-	21,0 ±1,31
2008-2012	-	12,4 ±5,64	-	22,2 ±1,9	-	14,4 ±1,32
2003-2012	-	16,3 ±7,3	-	22,8 ±1,9	-	17,7 ±6,0

Fonte: Dados Bacen elaborados pelo autor

A Tabela 6 abaliza que o ROE médio do setor bancário privado é de 16,3 pontos percentuais, com desvio padrão de 7,3 pontos percentuais. Entretanto o setor bancário público apresenta valores de 17,7% e 6,0% respectivamente. Assinala-se que o risco eminente de contaminação da crise no Brasil fez com que o governo adotasse medidas de redução da taxa básica de juros para estimular a demanda de crédito e retomar a confiança dos investidores no mercado interno. A política de crédito de acordo com Gregório (2005), a instabilidade econômica e as práticas adotadas pelo Banco Central (BACEN) no desempenho das taxas básicas de juros, Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) estão intrínsecas ao custo de captação dos Bancos, que uma elevação significativa pode ocasionar uma elevação nos ganhos líquidos. Entretanto, nos últimos 10 anos, de 2003 a 2012, houve uma redução considerável do indicador passando de 24,90% a.a em Janeiro/03 para a menor taxa histórica 7,25% a.a em Outubro/12. As taxas de retornos sobre ativos e patrimônio líquido dos bancos

públicos e privados são impactadas diretamente pelas políticas adotadas pelo governo no que tange o custo de oportunidade, tendo como base a SELIC como fator de captação, e as taxas diretas ao tomadores de crédito como fator de aplicação dos recursos.



**Gráfico 4 - Evolução dos Bancos Privados x Bancos Públicos - 2003 a 2012 - ROE em %**

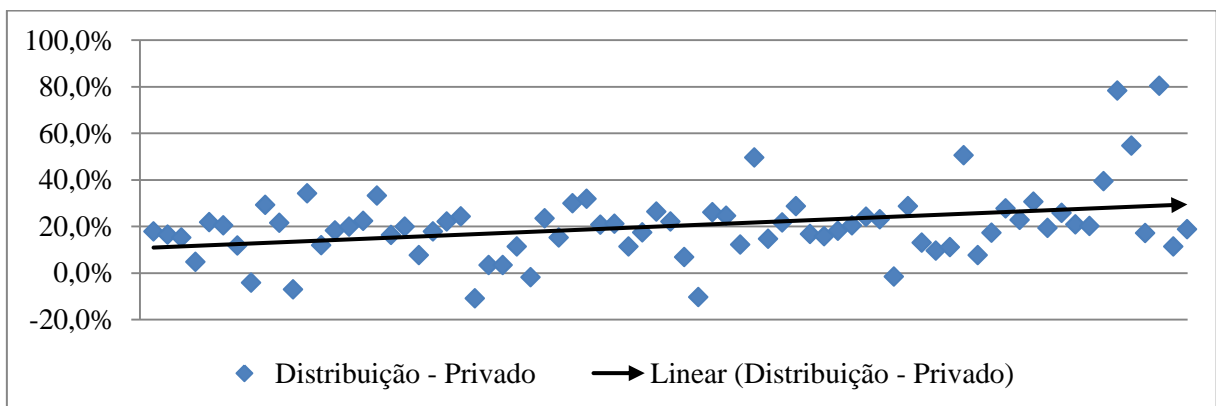
Fonte: Dados Bacen elaborados pelo autor

O Gráfico 4 evidencia que no setor bancário privado há uma oscilação significativa do ROE médio no primeiro período (2003 a 2007), sendo esta de 20,1%. No que tange o segundo período (2009 a 2012) observa-se um ROE médio foi de 12,4%. Os valores achados para o setor bancário público seguem uma frequência maior do que o privado. Sendo assim encontram-se valores de 23,4 para o primeiro período e 22,2 para o segundo.

O pico em 2007 é justificado pela *performance* dos bancos privados no período pré-crise, contudo no período de 2009 houve uma redução do crescimento do PIB, conforme verificado uma retração de 0,3% ao ano do PIB, conforme gráfico 1.

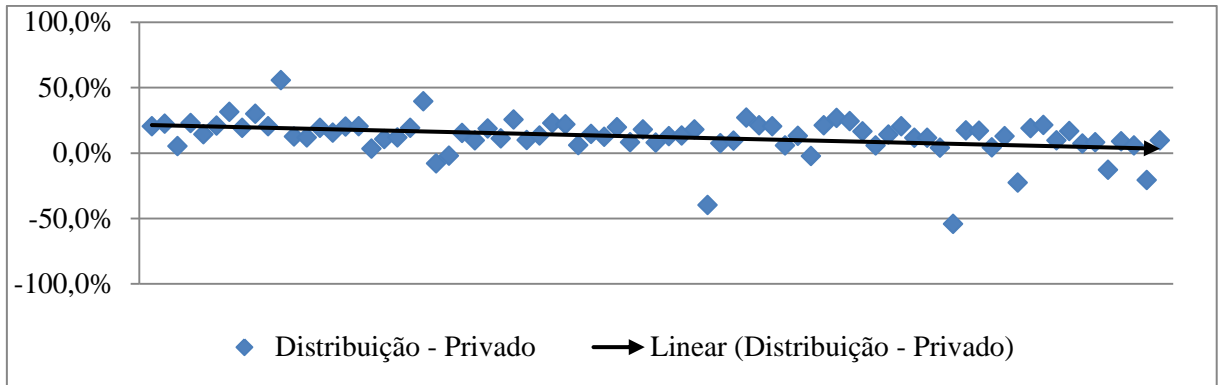
#### 4.4 Distribuição dos Bancos Privados e Públicos

As análises dos gráficos de distribuições foram utilizados para visualizar o comportamento dos dois grupos de bancos em cada período. os Gráficos 5 e 6 a seguir evidenciam o grupo dos bancos privados:



**Gráfico 5 - Distribuição dos Bancos Privados - 2003 a 2007 - ROE Individual**

Fonte: Dados Bacen elaborados pelo autor



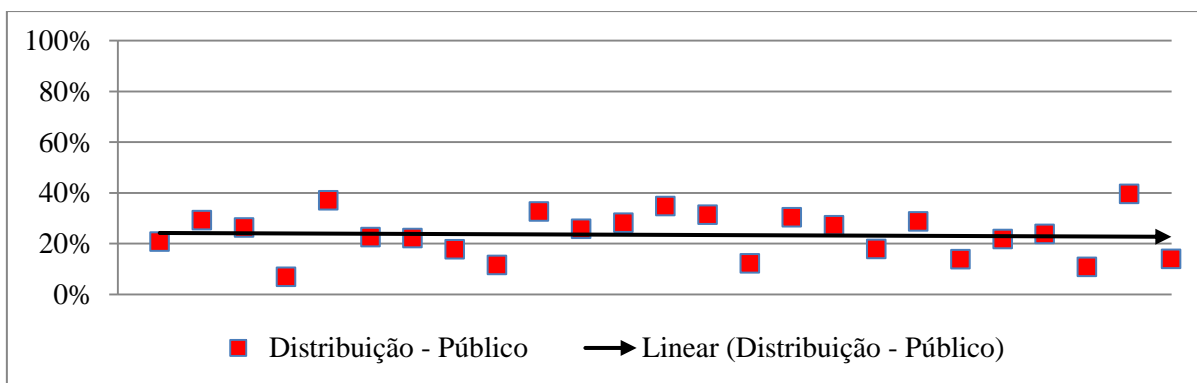
**Gráfico 6 - Distribuição dos Bancos Privados - 2008 a 2012 - ROE Individual**

Fonte: Dados Bacen elaborados pelo autor

O Gráfico 5 mostra a distribuição dos bancos privados ao longo do 1º período, nele verifica-se a volatilidade entre os ROE's quando comparado com a reta de inclinação ascendente, o que determina um crescimento do ROE. Os pontos apresentaram uma maior dispersão no ano 2007 que antecede a crise de 2008, quando os bancos privados apresentaram um ROE médio de 32,2%, superior aos bancos públicos, pode inferir que os bancos privados por terem uma flexibilização.

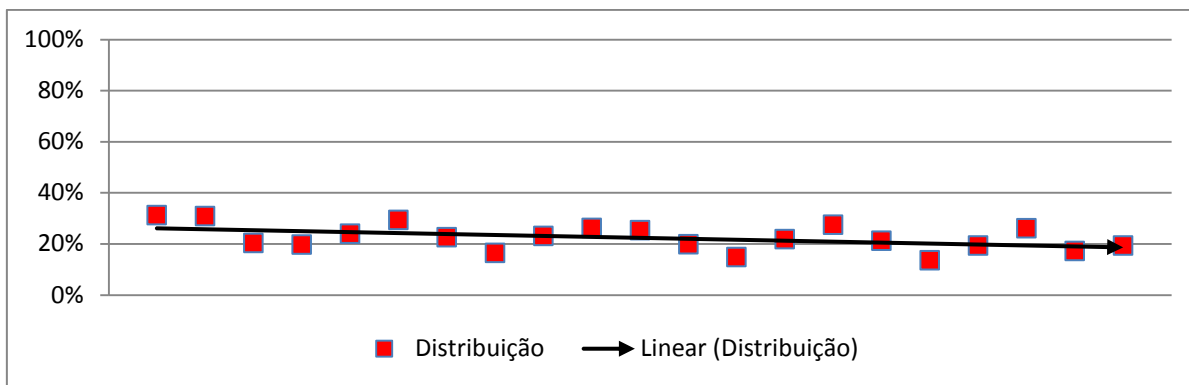
O Gráfico 6 mostra uma distribuição diferente ao apresentado no gráfico 5, os ROE's médios apresenta um comportamento mais uniforme e próximo a reta linear devido diminuição da amplitude entre os ROE máximos e mínimos dispostos na tabela 4. Contudo, a reta teve um declínio no segundo período, devido ao período de crise estabelecido, o que gerou reduções nas rentabilidades no Sistema Financeiro Nacional.

Os Gráficos 7 e 8 a seguir, apresentam o comportamento das rentabilidades dos bancos públicos conforme os períodos estabelecidos.



**Gráfico 7 - Distribuição dos Bancos Público - 2003 a 2007 - ROE Individual**

Fonte: Dados Bacen elaborados pelo autor



**Gráfico 8 - Distribuição dos Bancos Público - 2008 a 2012 - ROE Individual**

Fonte: Dados Bacen elaborados pelo autor

Nos gráficos 7 e 8, mostra uma estabilidade na distribuição do ROE's tanto no primeiro período quanto no segundo período, o que determina que os bancos públicos tem baixo desvio padrão das suas médias. Entretanto, após a crise de 2008, os bancos públicos tiveram uma redução da rentabilidade média, com pequena variação, diferente dos bancos privados, o motivo pode ser explicado devido as políticas de créditos impostas pelo governo em bancos públicos e a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida, que estimulou as carteiras de créditos dos bancos.

As reduções dos ROE's médios dos dois grupos são consoantes com a resposta de segunda hipótese, no qual a rentabilidade do segundo período é inferior ao do primeiro período, devido a fatores internos, como políticas públicas e reduções de taxas e externos ao Brasil, com a implementação de resgates a bancos nos EUA.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise dos resultados apresentados nas diversas comparações entre o setor bancário privado e público, considera-se que o objetivo geral da pesquisa, verificar o comportamento da rentabilidade dos bancos públicos é inferior ao dos bancos privados no período de 2003 a 2012, foi alcançado, como os objetivos específicos propostos.

Considera-se que os objetivos específicos, avaliar a evolução da rentabilidade média de bancos públicos e privados de 2003 e 2012, e verificar e comparar a rentabilidade de bancos públicos e privados nos dois períodos estabelecidos no estudo, compreendidos de 2003 a 2007 e 2008 a 2012. Foram constatados nas análises realizadas no capítulo 4, referente aos resultados.

Replicam-se as hipóteses do estudo com uma sistematização dos principais pontos encontrados:

- a) A hipótese *H1*: Os bancos privados apresentam uma rentabilidade superior aos bancos públicos. Foi refutada, os bancos públicos estudados detém rentabilidades superiores aos bancos privados, com exceção ao ano de 2007, .
- b) Adicionalmente, diante as novas políticas de crédito de redução de juros impostas aos Bancos Públicos após 2008, cujo o capital social ordinário pertence a sua maioria absoluta ao Governo, podem ocasionar perdas sobre os índices de rentabilidade. Por esse motivo, os efeitos da crise de 2008 e as mudanças nas políticas de crédito.
- c) Assim, empiricamente, foi conduzida a aceitação da hipótese *H2*: A rentabilidade dos bancos atuantes no Brasil, apurada pelo ROE, no período de 2008 a 2012 é menor que a rentabilidade auferida no período de 2003 a 2007.
- d) Na comparação dos períodos incide a evidência que no setor bancário privado há uma oscilação significativa do ROE médio no primeiro período e, no que tange o segundo período observa-se um ROE médio com um declínio admissível. Os valores aferidos para o setor bancário público seguem uma frequência constante média do que o privado.

Apura-se que o setor bancário público tem apresentado uma rentabilidade média sobre o patrimônio líquido maior do que os bancos públicos no período de 2003 a 2012. Entretanto, existe a necessidade de verificar os fatores como o custo de oportunidade para avaliar se os bancos públicos e privados agregaram valor de mercado no decorrer do tempo.

O estudo teve como limitação a apreciação do custo de capital próprio dos bancos quando correlacionado com os ROE médio dos bancos, utilizando como indicador o CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro) para determinar se as taxas básicas de juros influenciaram diretamente no curto prazo as rentabilidades. Outra análise a ser investigada é a utilização da formula do *Dupont* para verificar a relação de giro e margem no bancos públicos e privados no decorrer do tempo, utilizando períodos mais curtos de averiguação como os trimestres informados pelo BACEN conforme documentos dos IFT (Informações Financeiras Trimestrais).

## REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 8 .ed. São Paulo, Atlas, 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. Site em <<http://www.bcb.gov.br>>. Acessos no período de 01/05/2013 à 30/06/2013.

BACEN, *Carta Circular 1.273, de 29 de dezembro 1987*. Site em <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em 12/05/2013.

\_\_\_\_\_, *Resolução 2.211, de 16 de novembro 1995*. Site em <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em 14/05/2013.

\_\_\_\_\_, *Resolução 2.212, de 16 de novembro 1995*. Site em <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em 16/05/2013.

BOYCKO, Maxim *el at. A theory of privatisation. The Economic Journal*. Oxford, Publisher, v. 106, p. 309 - 319, 1996.

BRAGA, Roberto. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1995.

BRASIL, **Por dentro do Brasil**. 2010. Disponível em: <[http://www.brasil.gov.br/navegue\\_por/noticias/textos-de-referencia/o-sistema-financeiro-do-brasileiro](http://www.brasil.gov.br/navegue_por/noticias/textos-de-referencia/o-sistema-financeiro-do-brasileiro)>. Acesso em: 11/05/2013.

BRASIL, *Lei 4.357, de 16 de julho de 1964* . Autoriza a emissão de Obrigações do Tesouro Nacional, altera a legislação do imposto sobre a renda, e das outras providências. Disponível em <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>, acesso em 11/05/2013.

\_\_\_\_\_, *Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964*. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e das outras providências. Disponível em <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>, acesso em: 11/05/2013.

\_\_\_\_\_, *Lei 9.069, de 29 de junho de 1995*. Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do REAL e os critérios para conversão das obrigações para o REAL, e dá outras providências. Disponível em <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>, acesso em: 12/05/2013.

\_\_\_\_\_, *Lei 9.710, de 19 de novembro de 1998*. Dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências. Disponível em <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>, acesso em: 12/05/2013.

\_\_\_\_\_, *Lei 11.727, de 23 de maio de 2008*. Dispõe sobre medidas tributárias destinadas a estimular os investimentos e a modernização do setor de turismo, a reforçar o sistema de proteção tarifária brasileiro, a estabelecer a incidência de forma concentrada da Contribuição

para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social. Disponível em <www.planalto.gov.br>, acesso em: 12/05/2013.

\_\_\_\_\_, **Lei 11.977, de 07 de julho de 2009.** Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida. Disponível em <www.planalto.gov.br>, acesso em: 14/05/2013

\_\_\_\_\_, **MP 1.514, de 07 de agosto de 1996.** Estabelecem mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências. Disponível em <www.planalto.gov.br>, acesso em: 14/05/2013.

\_\_\_\_\_, **MP 413, de 03 de janeiro de 2008.** Disponível em <www.planalto.gov.br>, acesso em: 14/05/2013.

DEMIRGÜÇ-KUNT, Asli; HUIZINGA, Harry. *Determinants of commercial bank interest margins and profitability: some international evidence.* **The World Bank Economic Review.** Washington, v.13, n. 2, p. 379-408, 1999.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994

GREGÓRIO, Jaime. **Análise comparativa da rentabilidade do setor bancário privado atuante no Brasil no período de 1997 a 2004.** São Paulo, 2005. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis.

HERMANN, Jennifer. **Bancos públicos em sistemas financeiros maduros: perspectivas teóricas e desafios para os países em desenvolvimento.** Revista de Economia política, 31 (3), 2011.

IBGE, Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/mapa\\_site/mapa\\_site.php#indicadores](http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#indicadores), acessado em 10/05/2013.

JOHNSON, Robert W., ROBINSON, Roland I. **Finanças: problemas e soluções.** Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1974.

KASSAI, José Roberto Kassai; KASSAI, Silva; SANTOS, Ariovaldo dos; ASSAF NETO, Alexandre. **Retorno de investimento: abordagem matemática e contábil do lucro empresarial.** São Paulo: Atlas, 2000.

MAFFILI, Denner Willian. **Estudo da rentabilidade bancária no Brasil no período de 1999 a 2005.** Belo Horizonte, 2007. Dissertação de Mestrado em Administração.

MALÁGA, Tomás *el. at.* **Estudo de rentabilidade bancária.** Consultoria Econômica do Banco Itaú - Informe Especial. São Paulo, 2003.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial.** 5 . ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MATTAR, F. **Pesquisa de marketing.** Ed. Atlas. 1996.

NIYAMA, Jorge Katsumi; GOMES, Amaro L. Oliveira. **Contabilidade de Instituições financeiras**. 3 . ed. São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, Daniel Diniz. **A homogeneidade da rentabilidade bancária em relação a tamanho, origem de capital e operações de crédito**. São Paulo, 2008. Dissertação de Mestrado.

SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert W. *A survey of corporate governance*. **The Journal of Finance**. Cambridge, Blackwell Publishers, v. 52, n. 2, p. 737-783, 1997.

SOUZA, Márcio Flávio Amaral; MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva. **Análise de desempenho contábil-financeiro no setor bancário brasileiro por meio da aplicação da análise envoltória de dados (DEA)**. BASE - revista de Administração e Contabilidade da Unisinos 6 (2): p. 81-100, 2009.

STEVENSON, Willian J. **Estatística aplicada à administração**; tradução Alfredo Alves de Farias. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981. p. 9-29.

UOL, FOLHA DE SÃO PAULO E BBC BRASIL, ANO 2008. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/ultnot/2008/09/29/ult4294u1688.jhtm>, acessado em 25/05/2013.





